



Abreu assinou convênio de repasse de reserva do fundo especial para RO

Planalto pode estudar cada caso

DILZE TEIXEIRA
Da Editoria de Política

“O Governo não pode se manter insensível e se fechar às negociações, no caso da amortização de sua dívida externa, cujo percentual fixado no orçamento da União foi de 25% do total. Ele terá, necessariamente, que ouvir os governadores, examinar os problemas e procurar uma posição equilibrada”, disse, ontem, uma fonte credenciada do Palácio do Planalto que assessora o Presidente nas questões econômicas.

Segundo este assessor, a tendência do Governo é negociar caso a caso, a questão da rolagem das dívidas dos Estados que vencem no

próximo ano. “Por exemplo, o Rio de Janeiro já informou que com o pagamento de 25% do total de sua dívida externa, vai pagar mais do que receberá com o aumento proveniente da reforma tributária. E, portanto, um exemplo de caso que terá de receber um tratamento diferenciado”, explicou a fonte.

Embora esta questão seja objeto de decisão do Legislativo, o assessor disse que o Governo terá necessariamente de negociar, e encontrar um meio termo que dê um tratamento equilibrado à questão da rolagem das dívidas dos Estados. Uma idéia é cobrar um percentual mais alto — por exemplo de 30% — dos es-

tados com melhor situação financeira, como São Paulo, Minas Gerais, e outros, e reduzir o percentual de pagamento para aqueles que comprovadamente não têm condições de arcar com os 25% do total, como o Rio de Janeiro, adiantou a mesma fonte.

O porta-voz da Presidência da República, jornalista Carlos Henrique Almeida Santos, informou que ontem mesmo “o presidente José Sarney encaminhou à Seplan, para exame, a proposta que lhe foi entregue pelo governador de Minas Gerais, Newton Cardoso. O documento propõe a redução do percentual do pagamento das dívidas externas dos Estados para 10% e não 25%.